



QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: **171480-5/01 – Recife (32ª Vara Cível)**

Embargantes: **Fernando Souza Didier e Maria Dolores Paixão Didier**

Embargado **Banco Itaú S/A**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Acórdão

R 5628

EMENTA: EMBARGOS DE DECLARAÇÃO. EXECUÇÃO. PENHORA. PROVENTOS INSS. IMPENHORABILIDADE. RESÍDUOS DEPOSITADOS EM CONTA CORRENTE. ATIVIDADE EMPRESARIAL DOS EXECUTADOS. DÚVIDAS SOBRE A NATUREZA DOS CRÉDITOS. MANUTENÇÃO DA PENHORA. OMISSÃO. EFEITOS INFRINGENTES. NÃO VERIFICAÇÃO. 1. Os proventos de aposentadoria são impenhoráveis à luz do art. 649, inciso IV, do Código de Processo Civil. 2. Havendo dúvidas a respeito do saldo existente na conta corrente dos executados, quanto à origem e à natureza de parte do crédito (atividades empresariais desenvolvidas pelos devedores), impedindo que se identifique com clareza qual o montante relativo ao recebimento de aposentadoria, a decisão deverá prestigiar o direito do credor de receber o débito. 3. Não estando a decisão embargada eivada de omissão, contradição ou obscuridade, inexistente ofensa ao disposto no art. 535 do Código de Processo Civil. 4. A obtenção de efeitos infringentes em Embargos de Declaração só é possível quando detectados um dos defeitos elencados nos incisos do art. 535 do CPC, e, da correção do vício, decorra a alteração do julgado. Embargos de Declaração rejeitados. Decisão unânime.

Vistos, relatados e discutidos estes autos de **Embargos de Declaração nº 171480-5/01**, da Comarca do Recife, em que figuram como Embargantes **Fernando Souza Didier e Maria Dolores Paixão Didier**, e como Embargado, o **Banco Itaú S/A**,

ACORDAM os Excelentíssimos Senhores Desembargadores integrantes da Egrégia Quarta Câmara Cível do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à unanimidade, em rejeitar os embargos de declaração opostos por **Fernando Souza Didier e Maria Dolores Paixão Didier**, tudo conforme relatório e votos em anexo, devidamente revistos e rubricados, que passam a integrar este julgado.

Recife, 10 de dezembro de 2009.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



241-A

QUARTA CÂMARA CÍVEL	
Embargos de Declaração nº:	171480-5/01 – Recife (32ª Vara Cível)
Embargantes:	Fernando Souza Didier e Maria Dolores Paixão Didier
Embargado	Banco Itaú S/A
Relator:	Des. Eurico de Barros Correia Filho

Relatório

Cuida-se de **Embargos de Declaração** opostos por **Fernando Souza Didier e Maria Dolores Paixão Didier** contra o acórdão lavrado a vista do julgamento do **Agravo de Instrumento nº 171480-5**, interposto perante esta **Quarta Câmara Cível** pelos ora embargantes contra o **Banco Itaú S/A**, ora embargado.

A intervenção dos ora embargantes pela via recursal apontada decorreu da prolação de despacho proferido na Ação Executiva nº 001.2007.029582-5, ingressada pelo Banco Itaú S/A. Em linhas gerais, o *decisum* acolheu pedido de desbloqueio de quantia penhorada em conta corrente, depositado em nome dos recorrentes para pagamento de proventos do INSS, mas não integralmente, restando mantida a ordem constitutiva com relação a uma parte que o magistrado *a quo* considerou resíduo e sobra de meses anteriores, descaracterizando a natureza alimentar da verba.

No agravo, foi alegado que os valores penhorados, todos eles, inclusive os resíduos, eram legalmente impenhoráveis.

Esta Quarta Câmara Cível, à unanimidade, negou provimento ao recurso, tendo decidido que as sobras identificadas nas contas também eram provenientes de depósitos realizados a partir das atividades empresariais exercidas pelos recorrentes, além do que não havia a certeza plena de que as contas eram destinadas exclusivamente para recebimento de aposentadoria.

O acórdão objeto dos presentes embargos tem o teor (fls. 172 – AI em apenso):

"Agravo de Instrumento interposto em face da decisão do Juízo a quo que deferiu o levantamento da penhora (via sistema BACENJUD) sobre os créditos de natureza alimentar existentes nas contas dos agravantes. Deferimento do pedido de liberação dos valores que não possuem tal natureza e não movimentados no mês anterior. Inexistência nos autos de comprovação no sentido de que nas contas onde foram efetivadas as penhoras são destinadas exclusivamente ao recebimento dos proventos de aposentadoria ou de que são creditados apenas valores de natureza alimentar. Agravantes qualificados na inicial como empresários. Atividade laborativa que pressupõe e exige o recebimento de créditos diversos em suas contas bancárias. Análise das circunstâncias da lide. O acometimento de dengue nos executados não constitui empecilho à movimentação das contas bancárias razão pela qual é

incapaz de evidenciar, por si só, a natureza alimentar do saldo do mês anterior. Improvimento do recurso. Decisão à unanimidade de votos."

Alegam os embargantes, em síntese, que o acórdão foi omissivo, na medida em que "... deixou de apreciar e levar em consideração, pontos relevantes suscitados nos autos ..." (fls. 04)

No mais, reiteram a tese da impenhorabilidade defendida no agravo, que deve prevalecer, sendo esse o principal motivo para que, aos aclaratórios, se atribuam efeitos modificativos.

Requereram o conhecimento dos embargos e seu acolhimento, sobretudo com relação aos efeitos infringentes.

Em razão da carga infringencial, o embargado foi chamado para contra-arrazoar os embargos (fls. 17), o fazendo mediante a peça de fls. 22/26, na qual pugna pela manutenção do acórdão sem quaisquer interferências.

Está feito o relatório.

Recife, 10 de dezembro de 2009.

Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



243

QUARTA CÂMARA CÍVEL

Embargos de Declaração nº: **171480-5/01 – Recife (32ª Vara Cível)**

Embargantes: **Fernando Souza Didier e Maria Dolores Paixão Didier**

Embargado **Banco Itaú S/A**

Relator: **Des. Eurico de Barros Correia Filho**

Voto

A discussão a respeito do tema pode até polemizar em um ponto, notadamente na parte que tratou da impenhorabilidade dos proventos de aposentadoria, previsto na norma processual como sendo recursos inalcançáveis pela via judicial, mas de outro se mostra perfeita acorde com os princípios legais, sobretudo com o sentimento de justiça.

Em que pese a legalidade processual para que os embargantes possam vir à Juízo e debater a controvérsia, cabe registrar que a sede presente é estritamente limitada à ocorrência de omissão, contradição e obscuridade, e que os denominados efeitos modificativos resultem da detecção de um ou mais dos vícios referidos. *"A obtenção de efeitos infringentes a Embargos de Declaração somente é possível quando reconhecida a existência de um dos defeitos elencados nos incisos do art. 535 do CPC, e, da correção do vício, decorra a alteração do julgado."* (EDcl no MS 13.083/DF, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, TERCEIRA SEÇÃO, julgado em 26/08/2009, DJe 10/09/2009)

Não por isso que haveremos de discutir novamente o que já foi discutido. A decisão colegiada externou e definiu o pensamento da Câmara a respeito da matéria, mormente na parte que nos referimos à prevalência da boa-fé.

Com efeito, a imunidade prevista na lei para preservação do crédito alimentar sempre foi e sempre será preservada, até porque em agindo diferente, e não conforme a lei, estaríamos incorrendo no cometimento de grave equívoco, ferindo, sobretudo, o princípio da segurança jurídica.

Todavia, cada caso deve ser analisado detalhadamente.

E dessa forma o magistrado monocrático e nós aqui do Tribunal Recursal enfrentamos o problema, dando à parte evidentemente afeita à esfera alimentar do crédito proveniente do INSS a reserva conseqüente, mantida a anotação de impenhorabilidade.

Mas a dúvida da condição alimentar de uma pequena parte dos valores deve ser subentendida em favor do credor, que havia firmado com os embargantes contrato estritamente dentro da lei, emprestando quantia para recebimento à prazo.

Tal aspecto foi mencionado já no decorrer no exame preambular realizado no agravo, quando foi registrado o seguinte: *"É que igualmente aos direitos dos agravantes, devedores e executados na ação de origem, necessariamente faz-se imprescindível por na balança, e vislumbrar a relevância de também se garantir o direito de crédito da parte exequente, ora agravada."* (vide fls. 145 – AI em apenso)

Não admite, pois, amparar alegações calcadas tão somente na letra da lei, pura e simplesmente, e deixar sem a tutela do Estado os direitos creditícios da instituição bancária, legalizando uma situação evidentemente anômala.

A esse respeito, anote-se o seguinte trecho do voto condutor do julgamento: *"Qualquer raciocínio contrário implicaria em legalizar o calote e tornar sem efeito as disposições do art. 649, § 6º do CPC, em razão de, por exemplo, servidores públicos, que disponham de apenas uma conta bancária para movimentação financeira."* (fls. 174 – AI nº 171480-5).

Nestes termos o julgado foi concebido, de sorte em não considerar preponderantes os argumentos dos embargantes, prevalecendo, por outro lado, o espírito de Justiça contido em toda a decisão recorrida.

A insistência dos embargantes em defender sua tese por repetidos argumentos, configura, sem sombra de dúvidas, que está inconformado com o resultado do julgamento, não sendo possível alcançar o intento de acolhimento de suas razões nesta sede, meramente integrativa. Deve fazê-lo pelas vias próprias, conforme previsto na lei processual, intentando, se assim for seu desejo, recursos para os Tribunais Superiores.

O acórdão está correto e não precisa de retificação.

Ante o exposto, não havendo vícios, conheço dos embargos opostos, porém voto no sentido de rejeitá-los.

É como voto.

Recife, 10 de dezembro de 2009.


Eurico de Barros Correia Filho
Desembargador Relator



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DE PERNAMBUCO
DIVISÃO DE TAQUIGRAFIA

245 fl. 35
Ghr

DESEMBARGADOR JOSUÉ SENA

Acompanho o voto do relator.

DESEMBARGADOR FRANCISCO TENÓRIO

Acompanho o voto do relator.

DECISÃO

À UNANIMIDADE DE VOTOS, REJEITOU-SE OS EMBARGOS
DECLARATÓRIOS, NOS TERMOS DO VOTO DO RELATOR.

Edz